



## **PARECER TÉCNICO-JURÍDICO**

Parecer Técnico-Jurídico nº 028/2020

Assunto: Abertura de crédito adicional suplementar do Município de Porto Alegre do Norte – MT;

Requerente: Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte – MT.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de consulta endereçada a esta Assessoria Jurídica, formulada pelas Comissões Permanentes desta Câmara, que solicita parecer de legalidade em razão do projeto de lei nº 023/2020, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar do Município de Porto Alegre do Norte – MT, no valor correspondente a R\$ 233.450,00 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), instruído com cópias do Termo de Compromisso nº 117-2020, firmado com SES/MT, juntamente com Extrato Bancário de conta específica e Justificativa do Gestor Municipal.

Em sede de justificativa, o gestor municipal aduz que a suplementação se faz necessária em virtude da adequação das peças orçamentárias no sentido de aporte de recursos conveniados – parte CONCEDENTE, para aquisição de UMA AMBULÂNCIA tipo “D” (UTI), PARA USO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO EM SAÚDE do Município de Porto Alegre do Norte/MT. Estes recursos serão necessários para a realização do pactuado com o Estado de Mato Grosso, através do Fundo Estadual de Saúde - Secretaria de Estado de Saúde, conforme Termo de Compromisso nº 177-2020/FES-SES/MT em anexo.

É o relatório.

### **II – PARECER**



Realizada a análise constante fora do expediente da Câmara Municipal e face ao posterior pedido dos Relatores das Comissões Permanentes, para o esclarecimento jurídico pertinente a proposta legislativa supramencionada, peço permissão para expor comentários a cerca da referida matéria.

Primeiramente, a matéria objeto da presente proposição é de competência municipal. Quanto a este aspecto não há dúvidas acerca de sua legalidade e constitucionalidade, pois trata-se de matéria de interesse local, nos termos do artigo 30, I, da CF e artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I – legislar sobre assuntos de interesse local;”***

***“Art. 6º. Compete ao Município de Porto Alegre do Norte, dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições: (art. 30, CF)***

***I – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal;”***

Quanto à iniciativa do presente projeto de lei, também está regular, pois é exclusiva do Prefeito, nos termos do artigo 29, IV e artigo 99, ambos da LOM de PAN, vejamos:

***“Art. 29. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:***

***IV – matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmio e subvenções.***

***Art. 99. Leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo estabelecerão: (Art. 165, CF)***

***I – o Plano Plurianual;***

***II – as Diretrizes Orçamentárias;***

***III – os Orçamentos Anuais.”***

Verifica-se ainda que o assunto tratado pode ser objeto de lei ordinária, pois não se trata de matéria reservada para lei complementar na Lei Orgânica Municipal, nos termos do artigo 28.

Vale destacar que a alteração do orçamento somente pode ocorrer se o projeto obedecer a CF, a qual ao regulamentar as disposições aplicáveis ao orçamento estabelece a imprescindibilidade de autorização legislativa para



abertura de crédito adicional suplementar, bem como a indicação de recursos utilizados para tal fim, vejamos:

***“Art. 167. São vedados:***

***[...]***

***V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”***

Ademais, a lei 4.320/64, diz:

*“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.*

***Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***

***I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;***

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

***Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.***

***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:***

*I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II - os provenientes de excesso de arrecadação;*

***III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;***

***IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.***

*§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se,*





*ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.*

*§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.*

*§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.*

*Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.*

*Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.*

*Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível."*

Sendo assim, para abertura de crédito suplementar, devem estar reunidos os seguintes requisitos: autorização legislativa, indicação de recursos, justificativa, a espécie e a classificação da despesa.

Pois bem, o projeto em análise, verifica-se que a origem do recurso disponível a ser utilizada foi demonstrada, conforme Termo de Compromisso nº 177-2020/FES-SES/ MT, no valor global de R\$233.450,00 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

O projeto indicou a importância do crédito adicional e a classificação da despesa, bem como foi exposta a necessidade do crédito em justificativa.

### **III - DA TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO**

Quanto a trâmite legislativo a ser seguido, requisitos essenciais que foram observados. Vencido o aspecto formal, analisar-se-á o aspecto material.

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo da Comissão de Redação, Justiça, Finanças, Fiscalização e Obras Públicas.

Após a emissão do parecer e a posterior inclusão na ordem do dia, a



propositura deverá ser votada em turno único de discussão e votação.

Quanto à votação do presente Projeto de Lei, é necessária a presença da maioria absoluta dos membros desta Casa de Leis, ou seja, a presença de no mínimo 05 (cinco) membros, que corresponde ao número inteiro acima da metade do total de membros da Câmara para instalação da sessão, nos termos dos artigos 193 e 194 do Regimento Interno, vejamos:

***“Art. 193. As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos, sendo que deverão estar presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.”***

***“Art. 194. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta da Câmara, aprovação e a alteração das seguintes matérias:***

***I – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;***

***II – concessão de títulos honoríficos;***

***III – rejeição de veto;***

***IV – sessão especial;***

***Parágrafo único. Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.”***

Por outro lado, quanto ao quorum de aprovação, necessário a maioria de votos, ou seja, a maioria dos presentes, nos termos do artigo 193 do RI desta Câmara Municipal.

Logo, não foi constatada por essa Assessoria Jurídica a existência de vícios de legalidade da presente Proposição, todavia, está ausente o documento da existência de recursos disponíveis, pois não fora anexado tal apontamento aos autos da Proposição.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em sede de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Recurso desta Casa de Leis, OPINO pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da presente Proposição, e assim, pela regular tramitação do Projeto de Lei.



Cabe ressaltar que a emissão do parecer por essa Assessoria Jurídica trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo, não vinculando os vereadores as suas motivações ou conclusões, cabendo ao juízo da Comissão e Egrégio Plenário desta Casa Legislativa apreciar o seu Mérito.

Por fim, acredito ter prestado os esclarecimentos jurídicos necessários e salvo melhor juízo, apresento parecer.

Porto Alegre do Norte/MT, 18 de agosto de 2020

Tiago da Silva Machado

OAB/MT 17.908